
30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Democracia, Direitos Fundamentais e Instituições

ORGANIZADOR: **JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI**



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Fabricio Vale dos Santos

Imagem da capa: quadro “A Pátria”, de Pedro Bruno, pertencente ao acervo do Museu da República.

- Fechamento desta edição: 01.08.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T754

Toffoli, José Antonio Dias

30 anos da constituição brasileira: democracia, direitos fundamentais e instituições / organização José Antonio Dias Toffoli. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8196-9

1. Brasil. [Constituição (1988)]. 2. História constitucional - Brasil. 3. Direito constitucional - Brasil. I. Toffoli, José Antonio Dias.

18-51149

CDU: 342(81)(091)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

DEMOCRACIA E SEUS AVANÇOS

| | |
|--|---------------|
| 1. A Constituinte pós-ditadura – José Afonso da Silva | 3 |
| 1. Constituição e constitucionalismo | 3 |
| 2. Expansão do constitucionalismo | 4 |
| 3. Crise e situação constituinte | 4 |
| 4. Comissão de Estudos Constitucionais | 9 |
| 5. A dinâmica do processo: confronto entre conservadores e progressistas | 10 |
| 6. Montagem do xadrez..... | 11 |
| 7. A estrutura do tabuleiro – A engrenagem | 11 |
| 8. As crises. O “Centrão” | 12 |
| 9. Procedimento constituinte e justiça do resultado | 13 |
| 10. Situação da Constituição de 1988 no constitucionalismo brasileiro | 14 |
| 11. Conclusão | 15 |
| Referências..... | 16 |
| 2. A transição democrática no Brasil – José Sarney..... | 19 |
| 1. Introdução | 19 |
| 2. Perspectiva histórica | 20 |

| | |
|---|--------|
| 3. Antecedentes de 1985..... | 25 |
| 4. A tragédia de Tancredo Neves | 28 |
| 5. Os mandamentos da governabilidade..... | 30 |
| 6. A transição democrática brasileira | 33 |
| 7. A Assembleia Nacional Constituinte..... | 40 |
| 8. A Constituição de 1988 | 44 |
| 9. Conclusão | 46 |
| Referências..... | 47 |
| 3. O neoliberalismo na Constituinte de 1987 – Henderson Fürst e Layli Oliveira Rosado..... | 49 |
| 1. Introdução | 49 |
| 2. As ideias neoliberais e o mundo da década de 1970..... | 51 |
| 3. Um neoliberalismo tardio: o Brasil da década de 1980..... | 55 |
| 4. Aspectos neoliberais da Constituinte de 1987 | 58 |
| 5. O neoliberalismo na Constituição de 1988 | 61 |
| 5.1 Direitos fundamentais na Constituição de 1988 | 62 |
| 5.1.1 Conceito e função | 62 |
| 5.2 Liberdade | 64 |
| 5.2.1 Liberdade de consciência e de crença..... | 64 |
| 5.2.2 Liberdade artística, científica e de expressão..... | 65 |
| 5.2.3 Liberdade, inocência e pena..... | 67 |
| 5.3 Propriedade | 68 |
| 6. Conclusão | 70 |
| Referências | 71 |
| 4. A Constituinte no divã – Miro Teixeira | 75 |
| 1. Introdução | 75 |

| | |
|--|-----|
| 2. Trilhos anacrônicos..... | 76 |
| 3. O palanque no plenário..... | 77 |
| 4. Cruzado na eleição | 79 |
| 5. Gangorra do sistema | 80 |
| 6. Revisão de oportunidade..... | 82 |
| 7. O grito de Ulysses | 84 |
| 8. Derrota anunciada | 85 |
| 9. Fora do prédio..... | 86 |
| 10. A esquerda perde e ganha | 87 |
| 11. Revisão à vista | 88 |
| 12. Começa a revisão..... | 92 |
| 13. Insegurança..... | 92 |
| 14. Retalhos..... | 93 |
| Referências | 95 |
| 5. O Centrão na Constituinte de 1987 – <i>Gastone Righi</i> | 97 |
| 6. Participação popular, inovação promissora da Constituinte de 1987-1988 e os tempos atuais – <i>Francisco Whitaker Ferreira</i> | 105 |
| 1. A alegria da participação política popular | 107 |
| 2. A participação popular na Constituinte como resultado de longas lutas sociais..... | 108 |
| 3. A participação popular na pressão pela Constituinte | 111 |
| 4. A participação popular na preparação dos trabalhos e na definição do caráter da Constituinte | 114 |
| 5. A luta pela participação popular na elaboração da Constituição | 116 |
| 6. A participação popular no pós-Constituinte..... | 120 |
| 7. Palavras finais – do entusiasmo à frustração e à desesperança? ... | 123 |

| | |
|--|-----|
| 7. O papel da OAB no constitucionalismo democrático – <i>Claudio Lamachia</i> | 127 |
| 1. Introdução | 127 |
| 2. A OAB na gestação da Constituinte..... | 128 |
| 3. A criação de espaços para o debate dentro da OAB | 131 |
| 4. As demandas da OAB..... | 134 |
| 5. A Constituinte exclusiva | 135 |
| 6. O novo papel da OAB | 136 |
| 7. Considerações finais | 138 |
| Referências | 139 |
| 8. Democracia e economia – <i>Antonio Delfim Netto</i> | 141 |
| 1. Introdução | 141 |
| 2. A desigualdade..... | 143 |
| 3. O poder..... | 145 |
| 4. A sociedade civilizada..... | 149 |
| 5. A democracia e a economia | 151 |
| 6. Referências..... | 153 |
| 9. O Estado Democrático de Direito e a harmonia e independência dos poderes – <i>Ives Gandra da Silva Martins</i> | 155 |

CAPÍTULO II

A EVOLUÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

| | |
|---|-----|
| 1. O Poder Legislativo – <i>Eunício Oliveira</i> | 171 |
| 2. Pacto federativo – <i>Rodrigo Maia</i> | 189 |
| 1. Mapeando o problema do federalismo no Brasil contemporâneo | 189 |

| | |
|---|------------|
| 2. Um modelo subaproveitado: desenho constitucional da forma federativa de Estado na Constituição de 1988..... | 193 |
| 3. O federalismo brasileiro e o dilema fiscal..... | 201 |
| 4. Um pacto federativo para o desenvolvimento nacional: os próximos trinta anos | 204 |
| Referências..... | 205 |
| 3. O Poder Judiciário através da história: antes e depois da Constituição Federal de 1988 – José Antonio Dias Toffoli..... | 209 |
| 1. Introdução | 209 |
| 2. O Poder Judiciário no Brasil | 210 |
| 3. O Poder Judiciário na Assembleia Nacional Constituinte 1987/1988..... | 229 |
| 4. O Poder Judiciário pós-Constituição de 1988 | 239 |
| 5. O Poder Judiciário nos 30 anos da Constituição Cidadã: desafios e perspectivas..... | 244 |
| 6. Referências | 250 |
| 4. Cortes constitucionais e democracia: o Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988 – Luiz Fux..... | 255 |
| 1. Introdução | 255 |
| 2. As cortes constitucionais e o constitucionalismo global..... | 257 |
| 3. A experiência brasileira: o Supremo Tribunal Federal e a guarda da Constituição de 1988..... | 262 |
| 4. Os limites do Poder Judicial: diálogos entre o Supremo Tribunal Federal e a sociedade..... | 266 |
| 5. Conclusão | 269 |
| Referências | 270 |

| | |
|---|-----|
| 5. O Superior Tribunal de Justiça e o Conselho da Justiça Federal – <i>João Otávio de Noronha</i> | 275 |
| 1. Introdução | 275 |
| 2. Histórico | 276 |
| 3. Poder Judiciário no Brasil – breve histórico..... | 278 |
| 4. O Poder Judiciário – independência e autonomia..... | 280 |
| 5. O Superior Tribunal de Justiça no cenário político contemporâneo | 282 |
| 6. Paralelo entre a função jurisdicional e a função administrativa..... | 284 |
| 7. Conselho da Justiça Federal..... | 285 |
| 8. Estrutura do CJF..... | 287 |
| 9. Referências..... | 288 |
| 6. A Constituição de 1988 e a evolução da Justiça do Trabalho – <i>João Batista Brito Pereira</i> | 291 |
| 1. Preâmbulo..... | 291 |
| 2. A Justiça do Trabalho nas Constituições brasileiras..... | 292 |
| 3. A Constituição de 1988 e a Justiça do Trabalho | 298 |
| 4. A Reforma Trabalhista – Lei 13.467/2017..... | 308 |
| 5. Conclusão | 310 |
| 7. A Advocacia Pública na Constituição de 1988 – Elival da Silva <i>Ramos</i> | 313 |
| 1. A CF de 1988, seus avanços e vicissitudes..... | 313 |
| 2. Instituições essenciais à justiça..... | 317 |
| 3. Advocacia em geral..... | 321 |
| 4. Advocacia Pública..... | 324 |
| 4.1 Princípios de organização | 324 |
| 4.2 Advocacia da União | 329 |

| | | |
|-----------|---|-----|
| 4.3 | Advocacia dos estados e do Distrito Federal..... | 331 |
| 4.4 | Advocacia dos municípios..... | 333 |
| 4.5 | Advocacia da administração descentralizada | 335 |
| 5. | Advocacia Pública e Ministério Público..... | 338 |
| 6. | Advocacia Pública e Defensoria Pública | 340 |
| 7. | Balanço e análise prospectiva | 343 |
| | Referências | 345 |
| 8. | Uma saudação balzaquiana para a Constituição brasileira – <i>Técio Lins e Silva</i> | 347 |
| 1. | Introdução | 347 |
| 2. | A “subversão” do Estado Democrático brasileiro e o papel da advocacia criminal..... | 352 |
| 3. | Advogar sem <i>habeas corpus</i> . O impacto dos atos institucio- nais..... | 354 |
| 4. | Advogar <i>quase sem habeas corpus</i> . O impacto da decisão do STF nos dias atuais | 356 |
| 5. | Os dias atuais. A sanha punitiva da vez | 359 |
| 6. | Advogar é resistir!..... | 362 |
| 7. | Referências..... | 363 |
| 9. | As forças armadas e a Constituição Federal – Sergio Westphalen <i>Etchegoyen</i> | 365 |
| 1. | Introdução | 365 |
| 2. | Princípios e valores das forças armadas | 367 |
| 3. | Constituição Federal de 1988 e as forças armadas | 370 |
| 4. | A evolução do sistema de defesa na vigência da Constituição Federal de 1988..... | 374 |
| 5. | Emprego constitucional das forças armadas..... | 379 |
| 6. | Conclusão | 382 |

| | |
|---|------------|
| 10. Integração na área da segurança pública: o grande desafio constitucional – Alexandre de Moraes | 385 |
| 1. Introdução | 385 |
| 2. Necessidade de integração operacional e de inteligências..... | 387 |
| 3. Competência legislativa federal e segurança pública..... | 389 |
| 4. Competências delegada e concorrente dos Estados-membros e segurança pública..... | 393 |
| 5. Conclusão | 396 |
| Referências..... | 398 |
| 11. A evolução do controle externo e o Tribunal de Contas da União nos 30 anos da Constituição Federal de 1988 – Bruno Dantas e Frederico Dias..... | 401 |
| 1. Introdução | 401 |
| 2. A Constituição Federal de 1988 e o papel do controle para o aprimoramento das instituições | 403 |
| 3. A evolução do controle externo nos trinta anos da Constituição Cidadã | 410 |
| 4. Perspectivas e desafios para o controle da Administração Pública | 417 |
| 5. Referências..... | 420 |
| 12. A política externa brasileira e o art. 4.º da Constituição Federal de 1988 – Mauro Vieira, Patrick Luna, Fernando Antônio W. Cavalcanti Júnior e Luiz Feldman..... | 425 |
| 1. Introdução: as diretrizes de política externa nas Constituições brasileiras entre 1842 e 1967..... | 426 |
| 2. A Constituição Federal de 1988 e o art. 4.º: os princípios constitucionais de atuação internacional do Brasil | 430 |
| 2.1 Alcance e sentido do art. 4.º enquanto norma constitucional programática | 431 |
| 2.2 Independência nacional e igualdade entre os Estados | 433 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 2.3 | Prevalência dos Direitos Humanos | 435 |
| 2.4 | Autodeterminação dos povos | 438 |
| 2.5 | Não intervenção, defesa da paz e solução pacífica dos conflitos..... | 439 |
| 2.6 | Repúdio ao terrorismo e ao racismo..... | 441 |
| 2.7 | Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade | 443 |
| 2.8 | Concessão de asilo político..... | 445 |
| 2.9 | Integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina | 446 |
| 3. | Conclusão | 449 |
| 13. | Partidos políticos – Tarcisio Vieira de Carvalho Neto | 451 |
| 1. | Quem está em crise: a democracia, a democracia representativa ou os partidos políticos?..... | 451 |
| 2. | De onde vêm os partidos políticos?..... | 454 |
| 3. | Qual é a natureza jurídica dos partidos políticos? | 456 |
| 4. | Reflexos relevantes ligados à conformação atual dos partidos políticos..... | 460 |
| 5. | Os partidos políticos seguem sendo indispensáveis?..... | 468 |
| | Referências..... | 470 |

CAPÍTULO III

JUSTIÇA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EVOLUÇÃO

| | | |
|-----------|---|------------|
| 1. | O papel constitucional do Supremo Tribunal Federal na consolidação das liberdades fundamentais – José Celso de Mello Filho | 477 |
| 1. | O significado da defesa da Constituição..... | 477 |

| | |
|--|------------|
| 2. O Supremo Tribunal Federal, em tema de interpretação constitucional, quando, no desempenho de sua atividade jurisdicional, tem o monopólio da última palavra, notadamente em sede de controle normativo abstrato..... | 480 |
| 3. A identidade de gênero como aspecto básico da autodeterminação, dignidade e liberdade das pessoas..... | 487 |
| 4. A busca da felicidade: um direito fundamental que assiste a qualquer pessoa..... | 492 |
| 2. A interpretação da Constituição Federal pelo Supremo nos 30 anos de vigência da Carta de 1988: a concretização dos direitos fundamentais e a influência do Judiciário na cultura brasileira recente – Marco Aurélio Mello..... | 495 |
| 1. Introdução | 495 |
| 2. O espírito da Carta de 1988: a consagração dos direitos fundamentais | 497 |
| 3. O Judiciário na determinação da juridicidade de uma cultura..... | 499 |
| 4. Conclusão | 501 |
| 3. A tutela do princípio da igualdade no Supremo Tribunal Federal – A constitucionalidade das políticas de cotas raciais e o reconhecimento da união estável homoafetiva – Gilmar Ferreira Mendes..... | 503 |
| 1. O conteúdo do princípio da igualdade – Breves considerações..... | 503 |
| 2. ADPF 186 – A Constitucionalidade da política de cotas na Universidade de Brasília..... | 507 |
| 3. ADPF 132 e ADI 4.277 – O reconhecimento de união estável entre pessoas do mesmo sexo | 510 |
| 4. Conclusão | 512 |
| 5. Referências | 515 |
| 4. A colaboração premiada em face do princípio da separação dos poderes – Ricardo Lewandowski..... | 517 |

| | |
|--|----------------|
| 5. Trinta anos da Constituição Coragem: caminho de afirmação dos direitos fundamentais do cidadão trabalhador – Rosa Weber | 527 |
| 1. Constituição Cidadã: dimensão social e humanística da estrutura normativa da Constituição Federal de 1988. Trinta anos de história..... | 527 |
| 2. “Constituição Caramujo”: a proteção da relação de trabalho e de emprego..... | 534 |
| 3. Constituição Esperança: direitos fundamentais do trabalho na Constituição de 1988..... | 540 |
| 4. Considerações finais..... | 544 |
| Referências | 544 |
| 6. Trinta anos da Constituição: a república que ainda não foi – Luís Roberto Barroso | 547 |
| I. INTRODUÇÃO..... | 547 |
| 1. A comemoração dos dez anos | 548 |
| 2. A comemoração dos vinte anos..... | 549 |
| 3. A Constituição de trinta anos..... | 551 |
| II. MINHA RELAÇÃO COM A CONSTITUIÇÃO | 552 |
| III. ALGUNS PONTOS ALTOS..... | 555 |
| 1. Estabilidade institucional..... | 555 |
| 2. Estabilidade monetária..... | 556 |
| 3. Inclusão social..... | 557 |
| IV. O DESTAQUE MAIOR: O AVANÇO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... | 558 |
| V. OS PONTOS FRACOS DESSES 30 ANOS..... | 561 |
| 1. O sistema político | 561 |
| 2. A corrupção sistêmica..... | 564 |
| VI. Conclusão | 567 |

| | |
|---|----------------|
| 7. Direito comum da humanidade – Luiz Edson Fachin e Roberto Dalledone Machado Filho | 571 |
| 1. Palavras de princípio | 571 |
| 2. O desenvolvimento e os limites do conceito de direitos de solidariedade..... | 573 |
| 3. A recepção dos direitos de solidariedade no Brasil..... | 577 |
| 4. Dos direitos de solidariedade ao direito comum a toda a humanidade..... | 579 |
| 5. A dimensão internacional dos direitos fundamentais | 583 |
| 6. Clausura: palavras de encerramento | 586 |
| Referências..... | 586 |
| 8. Como modernizar a Constituição? – Eros Roberto Grau | 589 |
| 9. Direitos sociais e sua “evolução judicial” nos 30 anos da Constituição do Brasil – André Ramos Tavares..... | 597 |
| 1. Os direitos sociais na efeméride da promulgação constitucional: descolamento do elemento da pauta econômica | 597 |
| 2. A situação concreta de direitos sociais básicos no Brasil..... | 600 |
| 3. <i>Flashes</i> da atuação (social) do Poder Judiciário nos 30 anos de Constituição..... | 603 |
| 4. As críticas doutrinárias à realização judicial dos direitos sociais..... | 608 |
| 5. A defesa, realização e evolução dos direitos sociais como funcionalidade do Poder Judiciário no Brasil | 610 |
| 5.1. A inconsistência das propostas pela <i>self restraint</i> | 611 |
| 6. O juiz constitucional no Estado Liberal e no Estado Social | 613 |
| 7. Em busca do desenvolvimento socioeconômico..... | 615 |
| 8. Conclusões..... | 615 |
| Referências | 616 |

| | |
|--|----------------|
| 10. A Constituição de 1988 e o Direito Administrativo: histórias de uma relação dialética entre avanços e retrocessos – Floriano de Azevedo Marques Neto e Rafael Vêras de Freitas..... | 621 |
| 1. Introdução | 621 |
| 2. A história do Direito Administrativo nas Constituições – entre o arbítrio expresso e o velado | 623 |
| 3. Nem só de avanços é feita uma Constituição: retrocessos da CRFB para o Direito Administrativo | 625 |
| 4. Dos avanços trazidos pela CRFB de 1988 para o Direito Administrativo | 633 |
| 5. Conclusões..... | 639 |
| Referências..... | 640 |
| 11. Direitos sociais, mínimo existencial e o núcleo essencial dos direitos fundamentais – algumas aproximações – Ingo Wolfgang Sarlet..... | 643 |
| 1. Notas preliminares | 643 |
| 2. O mínimo existencial como direito e garantia fundamental..... | 644 |
| 3. O mínimo existencial e sua relação com o assim chamado núcleo essencial dos direitos (sociais) fundamentais | 656 |
| 4. Considerações finais | 660 |
| 12. Recurso extraordinário em recurso especial: conformação jurisprudencial do tema nos quase 30 anos de vigência da Constituição de 1988 – Antônio Nabor A. Bulhões | 663 |
| 13. Direitos fundamentais e direitos da personalidade – Otavio Luiz Rodrigues Junior..... | 679 |
| 1. Origens e conceito dos direitos da personalidade | 679 |
| 2. Direitos da personalidade e direitos fundamentais: o (pseudo)problema do direito geral da personalidade..... | 683 |
| 3. Direitos da personalidade e dignidade humana | 688 |
| 4. Direitos da personalidade em espécie | 691 |

| | | |
|------------|--|------------|
| 4.1 | Direito ao próprio corpo e à integridade física | 691 |
| 4.1.1 | Direito ao próprio corpo: núcleo essencial | 691 |
| 4.1.2 | Direito à integridade física..... | 691 |
| 4.1.3 | Limitações ao direito ao próprio corpo, os órgãos humanos e a questão do cadáver | 692 |
| 4.2 | Direito às partes separadas do corpo | 693 |
| 4.3 | Direito ao nome..... | 694 |
| 4.4 | Direito à imagem..... | 695 |
| 4.6 | Direito à privacidade e direito à intimidade | 697 |
| 5. | Conclusões..... | 699 |
| | Referências..... | 700 |
| 14. | Instrumentos democráticos ambientais e inovações da jurisprudência ambiental na vigência da Constituição de 1988 – Paulo Affonso Leme Machado | 705 |
| I. | INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS AMBIENTAIS..... | 706 |
| 1. | Democracia e meio ambiente – introdução | 706 |
| 2. | Um novo tempo democrático no Brasil e o meio ambiente | 707 |
| 3. | O meio ambiente como bem de uso comum do povo..... | 707 |
| 4. | Direito à informação | 708 |
| 4.1 | Direito à informação na Constituição de 1988 | 708 |
| 4.2 | Direito à informação e meio ambiente | 710 |
| 5. | Estudo prévio de impacto ambiental..... | 711 |
| 5.1 | O caráter prévio do estudo de impacto..... | 711 |
| 5.2 | A exigência do estudo de impacto..... | 711 |
| 5.3 | O estudo de impacto e direito à informação..... | 711 |
| 6. | Direito ao processo: ação popular ambiental e ação civil pública ambiental..... | 712 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 6.1 | Ação popular ambiental na Constituição | 712 |
| 6.2 | Ação civil pública ambiental na Constituição e na Lei 7.347/1985..... | 712 |
| II. | INOVAÇÕES DA JURISPRUDÊNCIA AMBIENTAL NA VIGÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988..... | 713 |
| 1. | A proteção das águas e a derivação do Rio São Francisco..... | 713 |
| 2. | O nexo causal na responsabilidade civil ambiental – caso do Navio Vicuña | 715 |
| 3. | Proibição da exploração do amianto crisotila..... | 716 |
| | Referências | 717 |
| 15. | A terceira margem da liberdade – Richard Pae Kim..... | 719 |
| 1. | Introdução | 719 |
| 2. | A liberdade negativa e positiva sob o ponto de vista filosófico e político numa sociedade republicana..... | 722 |
| 3. | Liberdade como direito fundamental de primeira dimensão e a teoria do <i>status</i> | 725 |
| 4. | Limites às restrições às liberdades: a aplicação da teoria externa no processo hermenêutico | 727 |
| 5. | Sobre a liberdade com responsabilidade e alguns “nós górdios” | 733 |
| 5.1 | O primeiro nó górdio: como garantir as liberdades quando passamos a ter no país crises de representatividade e de legitimidade? | 733 |
| 5.2 | O segundo nó górdio: o desconhecimento das restrições e o terrorismo moral | 737 |
| 5.3 | O terceiro nó górdio: como exigir o exercício da liberdade com responsabilidade? | 741 |
| | Considerações finais..... | 744 |
| | Referências | 746 |

| | |
|---|------------|
| 16. Direitos econômicos fundamentais – Tercio Sampaio Ferraz Junior..... | 751 |
| 1. Direitos <i>humanos e homo oeconomicus</i> | 751 |
| 2. O mundo econômico capitalista | 754 |
| 3. A sociedade de consumo..... | 756 |
| 4. Ordem econômica: antecedentes..... | 758 |
| 5. Direitos econômicos fundamentais na Constituição Federal de 1988..... | 760 |
| 5.1 Livre-iniciativa e valorização do trabalho humano | 761 |
| 5.2 Livre-iniciativa: perfil constitucional..... | 762 |
| 5.3 Isonomia: igualdade de chances concorrenciais | 765 |
| 5.4 Propriedade privada e direito ao lucro | 767 |
| 5.5 Função social da propriedade e o direito do consumidor..... | 768 |
| Conclusão | 769 |
| Referências..... | 770 |

CAPÍTULO IV

RELATOS E REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

| | |
|--|-----|
| 1. A Constituinte de 1988 – Michel Temer..... | 775 |
| 2. Assembleia Nacional Constituinte – Arnaldo Faria de Sá..... | 781 |
| 3. Os 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – José Bernardo Cabral | 785 |
| 4. Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 – Bonifácio de Andrada..... | 791 |

| | |
|--|------------|
| 5. A Constituição de 1988 – Francisco Dornelles | 797 |
| 6. Uma necessária lipoaspiração – Guilherme Afif Domingos..... | 801 |
| 7. A necessária reforma constitucional – Ibrahim Abi-Ackel..... | 809 |
| 8. Dr. Ulysses Guimarães – Marco Aurélio Costa | 817 |